



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

**ATA N.º 10**

-----Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** --

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----A reunião foi secretariada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

-----Apresentação dos Órgãos Sociais para o ano letivo de 2013/2014 da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do Bairro do Sete-e-Meio de Moura-----

-----Apresentação dos Corpos Sociais da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Moura para o Biénio 2014-2016 -----

-----Pedido de Autorização de Venda do Pirlampo Mágico 2014 pela CERCIBEJA-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----MPPM - Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente - Apelo do MPPM para a Celebração do Ano Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino-----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Nota à Comunicação Social / Governo não tem plano alternativo caso Bruxelas recuse Financiamento de Alqueva pelo Fundo de Coesão-----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Requerimento para Audição Pública sobre o "Processo de Reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A."-----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Convite: Discussão no Plenário da Assembleia da República das Apreciações Parlamentares do PCP sobre a Privatização da Empresa Geral do Fomento, SA e novo Mapa Judiciário-----

### -----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de Ratificação do Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Moura e o Grupo de Forcados Amadores de Safara-----

-----Ratificação de Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 15/04/2014 - Prolongamento de Horário de Funcionamento do Bar Royal, em Safara / Festa das Endoenças-----

-----Ratificação de Despacho do Sr. Presidente de 16/04/2014 - Prolongamento de Horário de Funcionamento do Bar Corte Velha, em Amareleja extensivo a todas as Freguesias do Concelho / Páscoa-----

### -----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----Retificação de Deliberação de Câmara de 02/01/2014 - Proposta de Constituição do Júri do Concurso para o Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Obras Municipais e Conservação -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### GABINETE JURÍDICO

Parecer Jurídico - Pedido de Prolongamento de Horário de Funcionamento da Discoteca / Bar "Longa 2", em Amareleja

Parecer Jurídico - Pedido de Prolongamento de Horário de Funcionamento do Estabelecimento "Arcadas Bar", em Safara

Informação Jurídica - Testamento de Francisca Marques Ferro

### DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Proposta de Tabela de Preços a praticar na Época Balnear 2014 na Piscina de Ar Livre

### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO

Empreitada de Reabilitação do Edifício do antigo Matadouro para Museu Municipal de Moura - Alteração de Trabalhos

Ratificação de Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 17/04/2014 - Empreitada de Valorização Paisagística da Ribeira de Vale de Juncos e Zona Envolvente, em Amareleja - Proposta de Modificação Objetiva do Contrato

### DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Projeto de Execução: Enquadramento Paisagístico da Zona junto à Ribeira do Sobral da Adiça

### VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Após análise e discussão da ata n.º 8 referente à reunião de 16/04/2014, foi a mesma colocada à votação e aprovada com seis votos a favor e uma abstenção do vereador Francisco Manuel Canudo Sena.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Neste período o Presidente começou por informar os vereadores do Partido Socialista para que, consoante a disponibilidade fosse agendado um dia com a finalidade de efectuar uma visita ao local onde deveria ficar instalado o espaço de trabalho dos respectivos vereadores, que como já havia sido referido seria no espaço do Centro de Joalharia Contemporânea Alberto Gordilho.-----

-----Seguidamente, pediu a palavra o vereador Francisco Canudo pela informação dada pelo Presidente acerca do espaço, e para apresentar uma pergunta escrita, relacionada com a Empresa Municipal Contenda, que passou a ler e posteriormente fez chegar ao Presidente da Câmara (doc.01/10).

-----No uso da palavra a vereadora Fátima Ourives pediu esclarecimentos sobre o que estaria a acontecer no Jardim Dr. Santiago, tendo havido já tantos percalços com muros, muralhas e parque infantil, constatando estar actualmente este encerrado ao público, embora com movimentações e intervenções a decorrer tal como acontece na muralha que circunda a Boavista que se encontrava também a ser intervencionada. Referiu-se ainda à muralha do Jardim Dr. Santiago que está a deteriorar-se diariamente, solicitando ao Presidente esclarecimentos sobre o que estaria a acontecer, se existiria ou não perigo de desabamento. Ainda no uso da palavra questionou sobre o possível encerramento da Repartição de Finanças de Moura.- -----

-----Quanto à questão dos trabalhos a decorrer no Jardim Dr. Santiago, o Presidente, esclareceu que estava de facto a decorrer uma intervenção, encetando uma explicação pormenorizada sobre todas as intervenções que decorrem e irão decorrer neste e noutros espaços, começando por referir que a situação a nível das infraestruturas em Moura se encontra em mau estado e iria piorar com o decorrer dos anos, tendo a Câmara consciência dos problemas existentes e que estão referenciados, no entanto, do ponto de vista financeiro os meios são muito inferiores aos de alguns anos a esta parte, logo, a capacidade de intervenção da Câmara será muito reduzida. Referiu que, quanto à muralha situada sobre o parque infantil, que reabriria ao público dia oito de junho, quando foi detectado o problema nesta, e existindo o receio que pudesse desabar, surgiriam duas opções, ou fazer uma



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

consulta ao LNEC, que implicaria o gasto de uns largos milhares de euros que a Câmara, no presente momento não dispunha, arranjou-se uma solução alternativa, que neste caso passou por um contacto pessoal, com o Professor José António Raimundo, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, que a título gratuito se deslocou com mais dois colegas do Departamento de Engenharia a Moura para emitir um parecer técnico acerca do referido estado da muralha, tendo estes procedido a um levantamento exaustivo do problema apontando desde logo as soluções, concluindo com o posterior envio de um relatório que apontava para soluções concretas de intervenção. Posteriormente procedeu-se a uma consulta a equipas especializadas naquele tipo de intervenção a qual se prevê estar concluída no final de maio, tendo-se simultaneamente procedido à reabilitação dos equipamentos ali existentes, para que o espaço esteja aberto ao público a oito de junho. Relativamente à entrada do Jardim Dr. Santiago, esclareceu ser uma situação absolutamente fortuita do desabamento duma platibanda duma parte do muro, o que obrigou a uma intervenção mais aprofundada no local, quer de remoção de vegetação, quer de reparação dos muros, a fim de permitir a circulação das pessoas em perfeita segurança. No que respeita à muralha da Boavista, informou o Presidente, que a Câmara Municipal havia elaborado um projeto de reabilitação da muralha em causa, que a Direcção Geral do Património Cultural não aceitou como projeto de reabilitação, e, no decorrer deste impasse, a muralha acabou por fender de um dia para outro, pelo que, o que seria um projeto reprovado, passou a ser projeto a ser aplicado obrigatoriamente, isto significaria, segundo o Presidente que a intervenção em causa poderia ter sido realizada há dois anos, impedindo este tipo de acontecimentos, concluindo que se as entidades que fazem estas apreciações tivessem algum bom senso esta situação ter-se-ia evitado, pois actualmente a mesma intervenção terá de ser executada a expensas da Câmara. Explicou que se trata de um processo tendente à consolidação da muralha, sendo que certas situações teriam necessariamente que deixar de ocorrer na zona que se encontra sobre a muralha, nomeadamente a circulação automóvel, ou a aproximação de veículos aquela esquina que vão deixar de poder circular por ali, dada a vibração causada. Mais informou que quando são feitas intervenções em zonas sensíveis



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

nomeadamente em muralhas, ter-se-ia no futuro que ter em conta tudo isso, levando em consideração que uma situação tão simples quanto a renovação da rede de água e esgotos, sendo uma obra necessária, poderia potenciar ou causar a médio ou longo prazo fraturas ou desabamentos numa muralha. No que se refere há outra muralha que a vereadora Fátima Ourives havia referido, o Presidente frisou ser maior o mau aspecto que apresenta, do que propriamente os danos que poderá provocar. Adiantou que caso exista disponibilidade financeira por parte da Câmara, avançar-se-ia rapidamente para um processo de consolidação e de reparação da muralha em causa. O Presidente deixou ainda uma nota de carácter histórico, para que se reflecta a causa destas situações ocorrerem. Relembrou que durante muitos anos a reparação das muralhas era uma obrigação dos cidadãos, sempre que surgia a necessidade de fazer uma reparação numa muralha, há trezentos ou quatrocentos anos atrás, a população era convocada a repará-la, por ser do seu próprio interesse, dado a defesa desta estar em causa, existindo um imposto denominado “corveia” que era imposto à população, toda a gente contribuía com o seu trabalho. A partir do momento em que as muralhas deixam de ser da responsabilidade do Estado, em que há uma desafecção das praças à prática militar, o que em Moura ocorreu no ano de 1815, a responsabilidade passou para os ministérios, sendo que durante muitos anos a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais é que procedia às reparações, nem a Câmara Municipal tinha essa possibilidade, mesmo que o quisesse, estava-lhe vedado. Atualmente essa responsabilidade passou naturalmente para as Câmaras Municipais porque a atrás referida direcção foi extinta, tendo passado para outra entidade que tem outras prioridades, a Direção Geral do Património Cultural, que tem ainda menos poder financeiro do que qualquer Câmara Municipal. No respeitante à Repartição de Finanças, referiu o Presidente, possuir qualquer informação sobre o assunto, aludindo que, detendo Moura a importância a nível sub-regional que tem e apresentando-se esta como o quinto núcleo populacional do Baixo Alentejo, não faz, em sua opinião, qualquer sentido uma decisão negativa.-----

-----No uso da palavra a vereadora Fátima Ourives agradeceu a explicação exaustiva feita sobre o Presidente no que respeita às muralhas, mostrando ainda



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

satisfação pela motivação de esforços referindo-se concretamente ao Professor Raimundo e a equipa que se havia deslocado a Moura. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

### -----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC. 02/10 -----

-----Foi presente resumo diário n.º 72, da Tesouraria, referente ao dia 22/04/2014, que regista um saldo de 1.816.225,41€, em Operações Orçamentais. ----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

### -----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

-----APRESENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS PARA O ANO LETIVO DE 2013/2014 DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA DO BAIRRO DO SETE-E-MEIO DE MOURA -----

-----DOC.03/10 -----

-----Foi presente, para conhecimento a lista dos novos órgãos sociais para o ano letivo de 2013/2014, referentes à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do Bairro do Sete-e-Meio de Moura.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

-----APRESENTAÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOURA PARA O BIÉNIO 2014-2016-----

-----DOC.04/10 -----

-----Foi presente, para conhecimento a apresentação dos Corpos Sociais da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Moura para o biénio 2014-2016. --



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

-----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

-----**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DO PIRILAMPO MÁGICO 2014  
PELA CERCIBEJA**-----

-----**DOC.05/10**-----

-----Foi presente e-mail enviado pela CERCIBEJA a solicitar a autorização para a venda do respectivo Pirilampo Mágico, no território do Município de Moura no período de 3 a 25 do próximo mês de Maio.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE  
AUTORIZAÇÃO DE VENDA DO PIRILAMPO MÁGICO 2014, PELA CERCIBEJA  
NO PERÍODO DE 3 A 25 DE MAIO.**-----

-----**MPPM - MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA  
PAZ NO MÉDIO ORIENTE - APELO DO MPPM PARA A CELEBRAÇÃO DO ANO  
INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINO**-----

-----**DOC.06/10**-----

-----Foi presente e-mail enviado pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente em que torna público o apelo à realização por todo o país, de iniciativas que expressem solidariedade pelo povo palestino, no espírito da resolução da Assembleia Geral da ONU, manifestando, o seu interesse e disponibilidade, com os seus conhecimentos e recursos, para colaborar em todas as acções que sejam promovidas com esse objectivo.-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

-----**GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS -  
NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL / GOVERNO NÃO TEM PLANO  
ALTERNATIVO CASO BRUXELAS RECUSE FINANCIAMENTO DE ALQUEVA  
PELO FUNDO DE COESÃO**-----

-----**DOC.07/10**-----

-----Foi presente email enviado por Pedro Ramos, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP a dar conhecimento da nota enviada à comunicação social





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

acerca do Governo não dispor de um plano alternativo caso Bruxelas recuse financiamento de Alqueva pelo Fundo de Coesão.-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

-----**GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS -  
REQUERIMENTO PARA AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE O "PROCESSO DE  
REPRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DO FOMENTO, S.A."**-----

-----**DOC.08/10**-----

-----Foi presente e-mail enviado por Pedro Ramos, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP a dar conhecimento da entrega de um Requerimento ao Presidente da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, para Audição Pública sobre o "Processo de Reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A."-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

-----**GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS -  
CONVITE: DISCUSSÃO NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DAS  
APRECIACÕES PARLAMENTARES DO PCP SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA  
EMPRESA GERAL DO FOMENTO,SA E NOVO MAPA JUDICIÁRIO**-----

-----**DOC.09/10**-----

-----Foi presente e-mail enviado por Pedro Ramos, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP a dar conhecimento de um convite para a discussão no plenário da Assembleia da República das apreciações parlamentares do PCP sobre a Reprivatização da Empresa Geral do Fomento,SA e novo Mapa Judiciário.-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

### **PRESIDÊNCIA**

-----**PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO  
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E O GRUPO DE FORCADOS  
AMADORES DE SAFARA**-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DOC.10/10 -----

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara, para ratificação do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Moura e o Grupo de Forcados Amadores de Safara, referente à cedência de um imóvel sito na Rua Nossa Senhora da Assunção, nº1 em Safara.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E O GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE SAFARA, REFERENTE À CEDÊNCIA DE UM IMÓVEL SITO NA RUA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO, Nº1 EM SAFARA.**-----

-----**RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE 15/04/2014 - PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR ROYAL, EM SAFARA / FESTA DAS ENDOENÇAS**-----

-----DOC.11/10 -----

-----Foi presente para ratificação despacho do Presidente de 15/04/2014 de autorização de prolongamento de horário de funcionamento do Bar Royal em Safara nos dias 17 de abril até às 2 horas e nos dias 18 e 19 de abril até às 6 horas. -----

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes a fim de referenciar os pedidos de prolongamento de horário dos estabelecimentos que frequentemente são trazidos a Reunião de Câmara, com o objetivo de serem dados a apreciar e votados de acordo com o que seriam as propostas do Presidente. Neste contexto, solicitou esclarecimentos sobre algumas dúvidas face a esta matéria para que, quer nesta data, quer futuramente o PS possa votar com absoluto conhecimento de causa. Começou, referindo que a principal questão prender-se-ia com a referência aos pareceres dados pelo Gabinete Jurídico, mais concretamente no que dizia respeito ao pedido de prolongamento de horário de funcionamento do Bar Arcadas Bar em Safara, no qual sugeriu um parecer emitido pelo respetivo serviço que se mostraria desfavorável, tendo por base uma informação emitida por parte da Guarda Nacional Republicana de Safara. Logo a dúvida que subsistiria, quer na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

presente matéria em apreço, quer noutras votadas anteriormente, quer ainda nas que poderão ser votadas no futuro, as quais não apresentam qualquer referência a este tipo de parecer da GNR. O vereador referiu que, em primeira análise, lhe havia parecido que alguns destes pedidos seriam pontuais, no entanto a sua questão seria se estes pedidos de parecer seriam solicitados sempre e/ou em que casos concretos. -----

-----O Presidente começou por esclarecer que a Câmara Municipal não dispunha de uma regra que pudesse ser aplicada de forma igual a todas as freguesias existentes no concelho, sendo que em Moura se havia conseguido chegar a um consenso – 2 horas da manhã para todos os bares; quatro horas aos fins-de-semana, sendo ainda possível alargar ou restringir pontualmente sempre que fosse necessário. Mais informou que em épocas festivas, e seguindo o mesmo princípio seria – duas, quatro e seis horas da manhã. Havendo ainda algumas restrições sempre que se verificasse a existência de problemas ou reclamações que se entendessem justificadas, informando existirem atualmente na cidade de Moura dois estabelecimentos que apenas poderiam funcionar até à meia-noite, precisamente pelo facto de terem surgido problemas que acabariam por justificar esta atuação. No caso concreto de Safara e Amareleja a autorização dada seria pontual e relacionada com a época festiva, não sendo válida ou aplicável num qualquer fim-de-semana ou numa outra ocasião. Verificar-se-ia contudo a existência de bares que possuem um horário mais alargado pelo facto, de já anteriormente, terem feito um pedido de prolongamento alargado e temporário e na altura ter sido feita a consulta às entidades competentes, não significando, de todo, que quando e se surgissem problemas de algum nível, os mesmos não fossem alvo de análise com a finalidade da sua restrição. Mais acrescentou o Presidente, que havendo um qualquer parecer desfavorável por parte das forças da autoridade, a Câmara Municipal nunca deveria, apesar de o poder fazer, ignorar essa recomendação, pois vindo a verificar-se algum problema, essa entidade poderia devidamente, argumentar que a autorização partira da Câmara.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra, o vereador António Gomes aludiu compreender e aceitar, se bem que parcialmente, a justificação dada pelo presidente, no entanto frisou, subsistirem dúvidas sobre a atuação da Câmara Municipal. Informou compreender a diferença de horários aplicada ente Moura ou qualquer freguesia, sendo que pretendia clarificar quando surgisse algum pedido de prolongamento de horário qual seria o princípio de atuação da Câmara, e ainda, se a autarquia pedia sempre a emissão de parecer, e ao fazê-lo se seria apenas às forças da ordem ou a mais alguma entidade.-----

-----Em resposta, o Presidente informou que à Câmara chegam pedidos pontuais de prolongamento de horário, em alturas de exceção, no entanto, quando surgem pedidos de prolongamento permanente de horário, a Câmara Municipal solicita parecer a várias entidades nomeadamente; às forças da ordem – PSP ou GNR; à Junta de Freguesia respetiva; e à ARESP – Associação de Restauração e Similares de Portugal. No entanto, constata-se que dar pareceres não seria tarefa agradável, acabando por norma, a ser a própria Câmara e ou a GNR ou PSP a emití-los, uma vez que as outras entidades acabam normalmente por se “esquecer” de enviar os referidos pareceres, sendo que ao se pronunciarem favoravelmente, acabavam por poder vir a ter a população da artéria onde se localiza o estabelecimento, a reclamar; sendo o parecer desfavorável, terão os donos dos estabelecimentos e eventualmente uma faixa da juventude também a reclamar. Mais informou o Presidente, que esta seria uma questão que por norma não conseguia acolher unanimidade, tendo a autarquia que tentar ser o mais equilibrada possível seguindo os pareceres das entidades que os emitem.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO PRESIDENTE DE 15/04/2014 DE AUTORIZAÇÃO DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR ROYAL EM SAFARA.-----

-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DE 16/04/2014 - PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR CORTE



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

**VELHA, EM AMARELEJA EXTENSIVO A TODAS AS FREGUESIAS DO  
CONCELHO / PÁSCOA -----**

**-----DOC.12/10 -----**

-----Foi presente fax de Pedro Manuel Baleizão Pelicano, proprietário do Bar Corte Velha sito em Amareleja a solicitar o prolongamento de horário do referido estabelecimento até às 6 horas na noite de 18 para 19, de 19 para 20 e de 20 para 21 de abril do corrente ano, por motivo da Festa da Páscoa. -----

-----Sobre o assunto em apreciação, o Presidente propôs que se autorize o prolongamento de 18 para 19 e de 19 para 20 até às 6 horas da manhã e de 20 para 21 até às 4 horas, sendo o mesmo extensivo a todos os estabelecimentos de bebidas do concelho. -----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO  
PRESIDENTE DE 16/04/2014 DE AUTORIZAÇÃO DE PROLONGAMENTO DE  
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR CORTE VELHA, SITO EM  
AMARELEJA, DE 18 PARA 19 E DE 19 PARA 20 ATÉ ÀS 6 HORAS DA MANHÃ  
E DE 20 PARA 21 ATÉ ÀS 4 HORAS, SENDO O MESMO EXTENSIVO A TODOS  
OS ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS DO CONCELHO .-----**

**-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E  
RECURSOS HUMANOS -----**

**-----RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 02/01/2014 -  
PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JURÍ DO CONCURSO PARA O  
PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E  
CONSERVAÇÃO -----**

**-----DOC.13/10 -----**

-----Foi presente proposta da vereadora Maria do Céu Rato para retificação de deliberação de câmara de 02/01/2014 - Proposta de Constituição do Júri do concurso para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Obras Municipais e Conservação com a seguinte composição; Presidente do Júri – André Albino Linhas Roxas; Vogais – Maria de Jesus Pataca Mendes e Dina Paula Rodrigues Marques. -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

-----DELIBERDO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 02/01/2014 - PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO; PRESIDENTE DO JÚRI – ANDRÉ ALBINO LINHAS ROXAS; VOGAIS – MARIA DE JESUS PATACA MENDES E DINA PAULA RODRIGUES MARQUES. -----

-----GABINETE JURÍDICO-----

-----PARECER JURÍDICO - PEDIDO DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA DISCOTECA / BAR "LONGA 2", EM AMARELEJA-----

-----DOC.14/10-----

-----Na sequência do pedido de autorização de prolongamento de horário de funcionamento do estabelecimento Discoteca/Bar "Longa 2" em Amareleja, até às seis horas da manhã em vésperas de feriados, sextas-feiras, sábados e domingos, deliberando esta Câmara Municipal a 18/09/2013, autorizar a pretensão de José Manuel Marques Ribeiro na qualidade de explorador do estabelecimento em causa sito na Rua Engº Luís Guinapo Feronha, 2A em Amareleja, pelo período experimental de seis meses, findo o qual, seria feita reavaliação do assunto, informou a Gabinete Jurídico não dispor de qualquer auto de notícia, participação ou factos supervenientes, referentes a qualquer infracção no estabelecimento em causa. - -----

-----De acordo com o parecer jurídico, o Presidente propôs que a Câmara Municipal mantenha o horário de funcionamento do referido estabelecimento até às 6 horas de sextas-feiras para sábados, de sábados para domingos e vésperas de feriados, até ao final do corrente ano.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DE QUE A CÂMARA MUNICIPAL MANTENHA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA DISCOTECA / BAR "LONGA 2", ATÉ ÀS 6 HORAS DE



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

**SEXTAS-FEIRAS PARA SÁBADOS, DE SÁBADOS PARA DOMINGOS E VÉSPERAS DE FERIADOS, ATÉ AO FINAL DO CORRENTE ANO. -----**

**-----PARECER JURÍDICO - PEDIDO DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "ARCADAS BAR", EM SAFARA**

**-----DOC.15/10 -----**

-----Na sequência do pedido formulado pela exploradora do Arcadas Bar, Ana Paula Calhanas Torrado, sito na Travessa do Hospital, 7 em Safara, de prolongamento de horário do supra citado estabelecimento até às 4 horas da manhã de sábados para domingos, e tendo sido oficiadas as entidades que nos termos do regulamento municipal o devem ser sobre o assunto, foi obtida apenas resposta por parte da GNR que considerou a existência de inconveniente, justificando encontrar-se este inserido na malha urbana da localidade, contiguo a habitações ocupadas permanentemente.-----

----- Sobre o assunto em apreciação e após processo de consulta para pronúncia, o Presidente propôs que se indefira o pedido de prolongamento de horário, tendo em conta o parecer negativo emitido pela GNR da localidade.-----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O INDEFERIMENTO O PEDIDO DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO, TENDO EM CONTA O PARECER NEGATIVO EMITIDO PELA GNR DA LOCALIDADE. -----**

**-----INFORMAÇÃO JURÍDICA - TESTAMENTO DE FRANCISCA MARQUES FERRO -----**

**-----DOC.16/10 -----**

-----Foi presente informação jurídica sobre o testamento de Francisca Marques Ferro, lavrado a 27/11/1985, em que a testadora deixa todos os seus bens à Câmara Municipal de Moura para esta os empregue na criação ou manutenção de um lar para idosos da freguesia de Amareleja. -----

----- Sobre o assunto supracitado, frisou o presidente que a Câmara Municipal havia feito questão de anexar ao processo toda a documentação, inclusivamente a que poderia parecer menos relevante e considerada menos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

pertinente à presente reunião de Câmara, pretendendo seguidamente remeter a mesma ao Centro Social de Amareleja. Fez saber ainda que este último havia acompanhado as diligências feitas pelos técnicos da Câmara em Braga e que continuaria a acompanhar as próximas, referindo que neste processo existiria por esta altura um imbróglio jurídico de razoáveis dimensões mais concretamente em relação ao imóvel existente na cidade de Braga, que estaria em nome da Câmara Municipal de Moura, mas que no entanto viria a verificar-se a existência de inquilinos, com os quais a Câmara não teria qualquer contrato e que nunca haviam pago qualquer valor monetário nem à Câmara, nem ao Centro Social de Amareleja. Adiantou que a indicação que existia e que teria sido dada ao Gabinete Jurídico apontaria para que o edifício em causa teria de ser passado para o nome da Câmara Municipal de Moura, para que esta passasse a sua posse plena para o Centro Social de Amareleja, procedimento já realizado no passado respeitante a outros imóveis também mencionados no referido testamento, que a Câmara vendeu e cujo valor total passou para o respetivo centro social. Mencionou ainda o Presidente que aparentemente o imóvel de Braga, teria grande interesse pela sua localização, sendo que a cidade de Braga era uma cidade valorizada do ponto de vista imobiliário, existindo a vontade desta Câmara que o Centro Social de Amareleja pudesse dali retirar o maior proveito possível. -----

----- O vereador Francisco Canudo, no uso da palavra frisou ser seu dever, começar por reconhecer o empenhamento que o Presidente da Câmara pessoalmente havia colocado no encontrar de respostas para a situação em causa, que segundo a sua opinião, se apresentava verdadeiramente complexa. Recordou o referido vereador ter este caso sido encetado por parte dos vereadores do Partido Socialista que ao tomarem conhecimento da questão a instaram na Câmara, como seria seu dever. Mais referiu que à data de 18/12/2013 o Partido Socialista havia apresentado em reunião de Câmara um requerimento tipo proposta em que seriam abordadas algumas questões e em que se propunham soluções para o que na altura se conhecia sobre o testamento em causa. Frisou que sempre havia existido da parte do PS





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

completa consciência de que não seria resposta fácil de obter e dar por parte da Câmara Municipal no imediato, pelo que durante este período haviam aguardado informação. Sucedeu presentemente a chegada de uma relação de bens sobre a qual os vereadores gostariam de esclarecer, começou o vereador Francisco Canudo por questionar acerca do bem identificado no relatório como o bem nº1 – que refere que o prédio teria sido registado em nome da Câmara Municipal de Moura pelo que lhe havia causado alguma estranheza ao ouvir o Presidente referir que o mesmo deveria ser legalizado; mais referiu que sobre o mesmo prédio existe a menção a um documento em anexo, contudo o relatório não dispõe de qualquer documentação anexa, pelo que solicitava a mesma, logo que fosse possível.-----

-----O Presidente após constatar faltarem todos os anexos ao relatório, garantiu a sua disponibilidade no mais curto espaço de tempo possível. Continuando, o vereador Francisco Canudo, fez referência ao prédio identificado com o nº 2, uma vez que o mesmo teria sido vendido no ano de 2013, logo, seguramente no mandato anterior, causando-lhe admiração que ainda nessa altura se continuassem a vender bens e que de acordo com a informação que dispunha, o valor da venda que teria sido de sete mil euros, não teria ainda sido transferido para o Centro Social de Amareleja, que garantira não ter durante o ano transato recebido qualquer valor por parte da Câmara, relativo a qualquer transação de bens constantes do relatório de inventário do testamento em causa. Deste modo esta situação estaria a causar-lhe alguma admiração, pelo que pretendia saber se o valor referente a este prédio rústico tendo sido vendido, a verba correspondente não tivesse chegado a ser transferida para o Centro Social. Relativamente ao prédio nºs 3,4 e 5 teria algumas questões, que referiu, ficar a aguardar que num futuro breve as pudesse ver esclarecidas, nomeadamente quanto ao bem identificado com o nº 5, onde se refere, na última linha, que o prédio teria sido vendido ainda em vida da testadora, situação que não compreendia. Continuando o vereador, referiu o bem identificado com o nº 6 informação documental sobre a existência desse prédio, considerava o vereador ser esta uma informação



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

pertinente, questionando o Presidente sobre qual teria sido o motivo da inviabilidade de obter essa mesma informação documental, quando o próprio, tinha em seu poder toda a documentação sobre o assunto. Para terminar, o vereador referiu que da análise feita ao relatório, mais concretamente ao último parágrafo, onde se referem os bens móveis deixados pela testadora, volta a ver-se confrontado com a ausência da referida listagem de bens, dita anexada.-

-----No uso da palavra o Presidente começou por referir que o testamento em causa não primaria de todo pela clareza em muitos dos seus aspetos, nomeadamente pela forma como alguns bens haviam sido transaccionados. Informou que a deslocação da equipa da Câmara Municipal a Braga se teria tornado num verdadeiro trabalho de investigação, tendo a Câmara Municipal feito questão da presença do Sr. José Marvão do Centro Social de Amareleja na referida equipa, constituída também pela jurista Dr<sup>a</sup> Ana Farinho e pela Assistente Técnica D. Fátima Baleizão. As mesmas fizeram um trabalho de aferição e uma tentativa de listagem de tudo o que pudesse existir. Aludiu o Presidente que em relação à tramitação que envolveria a venda da denominada “Courela das Charnecas” a informação que dispunha seria precisamente a contrária à do vereador Francisco Canudo, sendo que a respetiva verba, produto da venda do imóvel, já havia sido entregue e estaria na posse do Centro Social de Amareleja, acrescentando que apenas havia tomado conhecimento dos *dossiers* em causa no verão do ano transacto. Afirmou que iria junto do serviço de Contabilidade averiguar o pagamento da verba em causa e a data da respetiva transferência. Ainda no uso da palavra o Presidente mencionou o prédio rústico denominado “Courela dos Aleixos”, que a Câmara não havia conseguido esclarecer, mas que no entanto o vereador Francisco Canudo afirmava ter conseguido pelo que agradeceria o trabalho que o vereador tinha despendido, solicitando que, quando e se possível fizesse chegar à Câmara essa informação. O Presidente salientou o trabalho exaustivo e bastante meritório das funcionárias que assinavam o relatório, acrescentando que em Braga havia surgido a necessidade de recorrer quer à ajuda de Presidentes de Junta, de vereadores, de técnicos da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara Municipal e como se poderia constatar através do relatório, verificar-se-iam aspetos muito pouco claros em relação a todo o processo e tramitação, aparecendo inclusivamente a determinada altura a referência ao nome de um advogado de Braga, que aquando da menção do nome deste, seria notória a recusa por parte de toda a gente na intervenção do processo. -----

-----Ainda sobre o testamento, no uso da palavra o vereador Francisco Canudo referiu que em sua opinião havia existido quer por parte da Câmara, quer por parte do Centro Social de Amareleja alguma negligência no tratamento de todo o processo. O testamento datado de 25/11/1985 faria menção ao prédio identificado no relatório com o nº6, do qual se refere não existir qualquer informação documental, no entanto, aludiu o vereador o referido prédio rústico em causa estaria desde o ano de 1980 registado em nome de outrem que não da testamentária, sendo os nomes constantes no registo do prédio referentes a pessoas já falecidas – Manuel Coelho Aleixo e sua esposa Rosário Coelho Saraiva, dos quais existiria uma herdeira de nome Antónia Saraiva Aleixo de Oliveira, mas curiosamente, o prédio referido não apareceria agora com o mesmo nome, sendo no entanto o artigo e a secção o mesmo, bem como a sua localização nos “Aleixos”, pelo que, voltaria a referir a necessidade de esclarecer todas estas situações. Acrescentou ainda, que sendo o testamento datado de 1985 aparecerá ainda um sujeito passivo de nome Mariana Teresa da Silva Ferro que se pressupõe ser familiar da testamentária e, contudo, de acordo com o que se conhece, a testamentária terá ido agregando todos os bens existentes, por ser cabeça de casal, dada a inexistência de quaisquer herdeiros, sendo possível, na opinião do vereador Francisco Canudo que o bem acima referido possa ter sido vendido antes da realização do testamento em causa e, até possivelmente sem que a testamentária tivesse conhecimento do mesmo, pelo que sugeria o vereador que o melhor seria tentar saber o que na realidade se passou relativamente a este prédio em concreto. Mais informou, ter conhecimento que a escritura que havia consignado a atribuição do bem ao referido casal havia sido realizada na Conservatória de Mourão, que estaria em condições de informar de facto a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

quem o casal teria adquirido o prédio. Para finalizar o vereador Francisco Canudo mencionou que seria deveras importante descortinar todos estes factos, por para além do facto de haverem passado muitos anos existiriam bens cujo valor seria extremamente significativo e que de forma natural seriam pertença de uma instituição de solidariedade social, pelo que seria importante que estes tivessem na posse da mencionada instituição, voltou a frisar que lhe causaria admiração o porquê da Câmara Municipal a determinada altura não ter “agarrado” nos bens e os ter transmitido para o Centro Social de Amareleja, desabonando-se de toda esta situação. -----

----- No uso da palavra o Presidente referiu considerar excessiva a palavra negligência utilizada pelo vereador Francisco Canudo, dada a complexidade do processo e os aspetos menos claros que o envolvem. No que respeitaria ao ato celebrado em Mourão referido pelo vereador, não conseguiu a Câmara Municipal apurar nada, sendo que os técnicos se haviam também deslocado a essa localidade, fazendo esse trabalho de peritagem sem qualquer resultado. Aludiu ainda que à data referenciada pelo vereador – 1985, seria Presidente da Câmara Municipal desta cidade o Sr. Manuel Romana Ângelo, posteriormente presidiu à mesma o Sr. António Luís da Costa Lamas de Oliveira, seguidamente o Sr. José Simões Martins Duarte – sendo este da freguesia de Amareleja; depois o Sr. Manuel António Vitorino Mestre e por fim o Sr. José Maria Prazeres Pós-de-Mina e presentemente o próprio, concluindo haverem passado seis presidentes de Câmara, frisando contudo que face à sua maneira de estar e trabalhar jamais deixaria cair um processo, pretendendo levar o mesmo até ao fim, com todas as consequências que daí adviessem. -----

-----Tomou a palavra o vereador Francisco Canudo que referiu estar na disposição de cooperar à semelhança do que tem sido o comprometimento do Partido Socialista, até ao momento. Relativamente ao caso concreto de Mourão e das informações obtidas por si, informou que existe de facto numa escritura, a data da sua realização e a mesma encontrar-se-á no cartório, logo, não via o vereador qualquer complicação, no entanto, uma vez que os dados de que dispunha lhe haviam sido fornecidos a título particular, não confidencial,

20



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

estaria o mesmo na disposição de e para particularmente falar sobre a matéria em causa. -----

-----O Presidente referiu aceitar a sugestão do vereador Francisco Canudo reiterando no entanto a confiança que depositava nos técnicos ao serviço da Câmara Municipal e naquele que seria o seu trabalho neste domínio. Terminou informando que o assunto em discussão seria apenas para tomar conhecimento e que remeteria o relatório e os anexos ao Centro Social de Amareleja, bem como a restante documentação aos vereadores do Partido Socialista. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

### DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

-----PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS A PRATICAR NA ÉPOCA BALNEAR 2014 NA PISCINA DE AR LIVRE -----

-----DOC.17/10 -----

-----Considerando que o novo Regulamento da Piscina de Ar Livre carece de aprovação em Assembleia Municipal e posterior publicação em Diário da República e tendo em conta que a entrada em vigor irá coincidir com o decorrer da época balnear, foi presente para apreciação da Câmara Municipal, a tabela de preços a praticar na época balnear 2014, na Piscina de Ar Livre. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A TABELA DE PREÇOS A PRATICAR NA ÉPOCA BALNEAR 2014, NA PISCINA DE AR LIVRE . -----

### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO

-----EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO MATADOURO PARA MUSEU MUNICIPAL DE MOURA - ALTERAÇÃO DE TRABALHOS -----

-----DOC.18/10 -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente despacho do Presidente da Câmara exarado no parecer do chefe da DOMC e na informação nº 67/DOMC de 14/03/2014, para aprovação de erros e omissões no valor de trinta e nove mil, novecentos e noventa e três euros e trinta e quatro centimos, e trabalhos a mais no valor de três euros e cinquenta e seis centimos na obra da empreitada de reabilitação do Antigo Matadouro para Museu Municipal de Moura.-----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES NO VALOR DE TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS EUROS E TRINTA E QUATRO CÊNTIMOS, E TRABALHOS A MAIS NO VALOR DE TRÊS EUROS E CINQUENTA E SEIS CÊNTIMOS, REFERENTES À EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO MATADOURO PARA MUSEU MUNICIPAL DE MOURA. -----**

**-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE 17/04/2014 - EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE VALE DE JUNCOS E ZONA ENVOLVENTE, EM AMARELEJA - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO OBJECTIVA DO CONTRATO -----**

**-----DOC.19/10 -----**

-----Na sequência de solicitação do empreiteiro, foi presente para ratificação proposta de uma prorrogação do prazo de execução da obra da Empreitada de Valorização Paisagística da Ribeira de Vale de Juncos e Zona Envolvente, em Amareleja, exarada na informação nº 98 de 16/04/2014 da DOMC, em que se conclui existir enquadramento legal para a concessão de efectivação de uma quinta modificação objectiva do contrato, nos termos do nº 1 do art.º 362º do CCP, a qual deverá contemplar um acréscimo de trinta dias ao prazo inicial da obra e suas modificações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 312º do mesmo diploma. ----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO OBJECTIVA DO CONTRATO, À REFERIDA EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE VALE DE JUNCOS E ZONA ENVOLVENTE, EM AMARELEJA. -----**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### -----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----

#### -----PROJETO DE EXECUÇÃO: ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO DA ZONA JUNTO À RIBEIRA DO SOBRAL DA ADIÇA -----

-----DOC.20/10 ---

-----Foi presente informação técnica n.º 298/DPAU de 10/04/2014 subscrita pelo Chefe da DOMC, a submeter à apreciação do órgão executivo a aprovação do projeto de execução, bem como a solicitação de elaboração de orçamento referente ao enquadramento paisagístico da zona junto à Ribeira do Sobral da Adiça. -----

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo para manifestar uma preocupação face ao presente assunto começando por referir que no índice do documento seria feita menção a uma planta de localização, a qual não havia sido anexada, acrescentando que face ao mesmo documento havia detetado, concretamente na rubrica "Sistemas Construtivos – alínea a) – Modelação do terreno: a implantação procura articular a zona da ribeira com os arruamentos existentes assim como a elevação do terreno em talude...poste de alta tensão" e seria neste ponto concretamente, na referência ao poste de alta tensão, que residia a preocupação, ..."na zona da localização do parque infantil"...pelo que a questão e preocupação seria apenas deixar o alerta para a situação da localização concreta do poste de alta tensão e que este de forma nenhuma exercesse influência sobre o parque infantil. -----

-----O Presidente esclareceu que haveria de facto algum lapso na linguagem do projeto, utilizada concretamente no caso da alusão a um poste de alta tensão, uma vez que nunca este poderia existir dentro da localidade. Mais informou o Presidente que não havia sido enviada a documentação apenas ao projeto por essa fazer parte de um vasto *dossier*, esclarecendo que este tipo de documentação apenas seriam trazidos a reunião de Câmara para que esta tenha conhecimento de quais os projetos que se encontram a ser desenvolvidos por parte desta, onde serão aplicados e quando exista a capacidade financeira quando a sua execução, não sendo obrigatório, uma vez que existe a competência da sua aprovação, mais informando que as questões



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de segurança seriam para a Câmara uma preocupação. Relembrando, que tanto assim seria, que uma das principais preocupações da autarquia teria sido a regularização da Ribeira da Perna Seca, obra que a Câmara havia feito a expensas próprias, referindo que teria todo o prazer em convidar para a sessão de inauguração do espaço referido, todos aqueles que haviam votado contra o financiamento e apoio da referida obra.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----Neste período interveio o Sr. Idalécio Banha na qualidade de progenitor de uma aluna que se encontra a frequentar a Escola do Bairro 25 de Abril em Moura, para expor um assunto que considerava grave do ponto de vista da saúde e segurança das crianças que frequentariam a escola em causa, referindo que os pais têm, nos últimos dias, feito um enorme esforço face ao encontro de uma solução, tendo os mesmos contactado a Câmara Municipal, o Ministério Público, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, a Direção Regional de Educação do Alentejo sendo que todas haviam mostrado ter conhecimento do que se estaria a passar na escola, apresentando-se solidárias com a questão. Como seria do conhecimento geral, aludiu o Sr. Idalécio, existiria na escola em causa, uma epidemia de pulgas. Referiu terem os pais conhecimento da recente intervenção feita na escola, que teria sido baseada unicamente na estrutura em si do edifício, acrescentando que os pais sabiam que a escola se apresentava segura em termos da conservação, no entanto, acrescentou que a mesma já havia ficado encerrada durante algum tempo precisamente por causa da existência da praga de pulgas, com crianças a terem necessidade de recorrer ao Centro de Saúde por causa das picadas destas, realçando serem parasitas com grande capacidade de propagação. Aquando do início do ano escolar as turmas da escola do Bairro 25 de Abril teriam sido divididas pela Escola dos Bombeiros e pela Escola da Porta Nova para que a mesma fosse devidamente intervencionada, especialmente no aspeto da desinfestação, contudo, acerca de uma semana, referiu o Sr. Idalécio, soube-se que haveria movimentações ao nível de pinturas e limpezas na escola em causa para

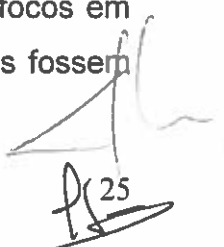




## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que esta viesse a ser reaberta, sendo que as crianças teriam de voltar para a escola. Mais referiu o Sr. Idalécio, que este facto não se justificaria, uma vez que as crianças estariam apenas a dois meses de terminar o ano letivo, pelo que sugeriam os pais que as deixassem ficar nos estabelecimentos escolares onde, até à data se encontravam, esperando pelas férias de verão e sugerindo aproveitar-se esse período de interrupção para que se enviasse uma equipa de pessoal especializado para o local a fim de exterminar a praga existente, mencionando ainda que algumas das entidades referidas culpabilizariam diretamente a Câmara Municipal pela situação. -----

-----O Presidente iniciou a sua intervenção sobre o assunto, referindo que o descarregar de responsabilidades sobre a Câmara Municipal, onde acabam sempre por vir a cair os problemas, seria já uma constante por parte das entidades externas. Informou que a Câmara não teria responsabilidade total sobre o ensino, tendo-a sim em termos de infraestruturas e quando alguém afirmava que estas não se encontrariam em condições de ser utilizadas, não seria a Câmara Municipal a afirmar o contrário. Esclareceu que quando surgiu o problema denunciado, havia sido iniciado um trabalho de desinfestação que tinha tido lugar há semanas atrás, não tendo a empresa detetado nada em particular. O Presidente lamentou que as pessoas que se encontram num gabinete, só conhecem a realidade do distrito ou da região pelo telefone, referindo que estas acabam por não saber se as escolas abrem ou fecham, porque se encontram longe e porque para eles será sempre mais fácil descarregar todos os contratempos sobre a Câmara Municipal. Mais informou o Presidente, ter a convicção que a Câmara tinha feito o que seria mais acertado e ajustado com o agrupamento de escolas, nomeadamente a desinfestação, mencionando que no próprio dia, e ante a dúvida que persistia, se haviam deslocado à escola técnicos da Câmara com técnicos da área da saúde e professores que acabaram por andar com um "pé de cabra" levantando pavimentos para verificar a presença de pulgas ou qualquer outro tipo de parasitas tendo apurado a sua inexistência. Mais informou que a Câmara continuaria a acompanhar o processo se necessário no dia-a-dia, havendo a possibilidade da existência de outros focos em volta da escola, pelo que haviam já sido dadas indicações para que essas fossem

 25



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

avaliadas, pois poderiam estar a contribuir para a degradação do espaço envolvente à escola. Ainda no uso da palavra, o Presidente referiu que em Moura haveria a existência de muitas pessoas que teriam cavalos e cães sendo que as pulgas não surgiriam do nada, tendo origem noutros, possivelmente os indicados. Aludiu ainda que para a Câmara Municipal seria um risco que a escola em causa fechasse para não voltar a abrir, o que causaria outro tipo de problemas e preocupações, pelo que seria sempre pretensão da Câmara continuar a reabilitação das escolas do concelho, sendo a prioridade deste executivo a educação, o que poderia não existir seria a capacidade financeira para conseguir ir mais além. Informou que, o que estaria no preciso momento em causa seria uma infestação, essa, já se havia constatado não existir, tendo sido feita há precisamente uma semana segundo indicação do vereador Joaquim Simões, logo, o que a Câmara se comprometeria seria fazer um trabalho de acompanhamento face à situação, em articulação com o agrupamento de escolas. -----

-----Pedi a palavra o Sr. Ramos para começar por referir que o soalho da escola em causa não representaria qualquer problema, sendo que a solução passaria por uma betumação às juntas, afagá-lo e tratá-lo com cera, afirmando ser esta uma das soluções mais rápidas. A desinfestação resultaria, aludiu o mesmo, tendo-se antecipadamente conhecimento do tempo de eclosão dos ovos, das larvas e das pupas, pormenor bastante importante. O Sr. Ramos fez ainda chegar ao Presidente um documento que ilustraria a vida das pulgas, referindo que só se conseguiria combatê-las conhecendo a sua evolução e tempo de vida. -----

-----O Presidente começou por agradecer a intervenção, referindo que a documentação por si entregue ficaria apensa à ata da Câmara, frisando que o tratamento feito na escola teria sido o indicado pelo agrupamento de escolas, no entanto, referiu caso existissem outro tipo de ações que permitissem vedar o pavimento e consequentemente levar à extinção destes parasitas, naturalmente que a Câmara agradecia a informação, solicitando desde já ao Engº Helder Dias, Chefe da Divisão de Obras uma avaliação sobre o tipo de trabalhos complementares como os referidos pelo Sr. Ramos, no sentido de puderem estes ser efetuados durante o verão, permitindo ultrapassar de uma vez por todas o problema. Finalizando o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Presidente, informou estar também agendada uma inspeção aos terrenos localizados em volta da escola. -----

### -----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

### -----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 23 de abril de 2014

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_